**Instrumento Particular de Escritura da 2ª (SEGUNDA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos DE COLOCAÇÃO, da LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento,

**LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade anônima de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria “B” perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Rua Visconde de Ouro Preto nº 5, sala 601, Botafogo, CEP 22.250-180, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 10.240.186/0001-00, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0029093-1, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora"); e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante dos titulares das debêntures desta Emissão, conforme abaixo definido) ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes");

e, ainda, na qualidade de fiadora, codevedora solidária e principal pagadora, solidariamente com a Emissora,

**GEMINI ENERGY S.A.** (nova denominação de Isolux Energia e Participações S.A.), sociedade anônima, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto nº 5, 6º andar, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.726.861/0001-02, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.3.0028380-3, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Acionista" ou "Fiadora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços RestritosdeColocação, daLinhas de Xingu Transmissora de Energia S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

# CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

* 1. **Autorização da Emissão pela Emissora e da constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**
     1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de março de 2021 ("RCA da Emissora"), na qual foi deliberada: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidos na Cláusula II abaixo), bem como seus respectivos termos e condições; (b) a constituição da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido); e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA da Emissora, em conformidade com o disposto no artigo 59 e seu parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
  2. **Autorização da Fiança pela Acionista, da constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações**
     1. A constituição da Fiança (conforme abaixo definido), da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido) e da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), serão firmadas com base nas deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Acionista ("AGE da Acionista"), realizada em 29 de março de 2021.

# CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

1. **Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora e da Fiadora.**
2. Nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º, inciso II da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 ("Lei 14.030"), a ata da RCA da Emissora (i) enquanto durarem as medidas restritivas ao funcionamento normal das juntas comerciais decorrentes exclusivamente da pandemia da Covid-19, será arquivada na JUCERJA no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a JUCERJA reestabelecer a prestação regular dos seus serviços, observado que, em caso de formulação de exigências pela JUCERJA, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a JUCERJA levar para conceder o registro; e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico" ("Jornais de Publicação da Emissora").

1. A ata da AGE da Acionista (i) enquanto durarem as medidas restritivas ao funcionamento normal das juntas comerciais decorrentes exclusivamente da pandemia da Covid-19, será arquivada na JUCERJA no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a JUCERJA reestabelecer a prestação regular dos seus serviços, observado que, em caso de formulação de exigências pela JUCERJA, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a JUCERJA levar para conceder o registro; e (ii) publicada no DOERJ e no jornal "Monitor Mercantil".
2. A Emissora e a Fiadora, conforme o caso, deverão (a) solicitar o registro na JUCERJA da RCA da Emissora e da AGE da Acionista, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de sua realização ou celebração, conforme o caso; e (b) encaminharão ao Agente Fiduciário cópia simples, contendo a chancela digital de inscrição na JUCERJA (por *e-mail* via arquivo PDF) da (i) ata da RCA da Emissora que deliberou a Emissão, bem como das referidas publicações; e (ii) ata da AGE da Acionista, que deliberou a outorga da Fiança e da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) dias após as datas de arquivamento e publicações, respectivamente.
3. **Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial e no(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos Competente(s)**
   * 1. Enquanto durarem as medidas restritivas ao funcionamento normal das juntas comerciais decorrentes exclusivamente da pandemia da Covid-19, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º, inciso II da Lei 14.030, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a JUCERJA restabelecer a prestação regular de seus serviços, observado que, em caso de formulação de exigências pela JUCERJA, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a JUCERJA levar para conceder o registro. Os eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão serão inscritos na JUCERJA no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a JUCERJA restabelecer a prestação regular de seus serviços ou, caso já tenha restabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de celebração do referido aditamento, observado que, em qualquer dos casos, em caso de formulação de exigências pela JUCERJA, referido prazo será prorrogado pelo prazo em que a JUCERJA levar para conceder o registro.
     2. Em virtude da Fiança a ser prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados, pela Emissora, às suas expensas, perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartório de RTD").
     3. A Emissora deverá (a) solicitar o registro desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos na JUCERJA e no Cartório de RTD, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de sua respectiva celebração; e (b) encaminhará ao Agente Fiduciário (i) cópia simples (por *e-mail* via arquivo PDF), contendo a chancela digital de inscrição na JUCERJA desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento na JUCERJA; e (ii) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento no Cartório de RTD.
4. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**
   * 1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários").

* + 1. A Oferta Restrita deverá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do inciso II do artigo 16 e do inciso V do artigo 18 do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Oferta Públicas*", em vigor desde 3 de junho de 2019, em até 15 (quinze) dias contados do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

1. **Registro das Garantias**
   * 1. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido) e o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a este contrato, quando de sua celebração, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, serão levados a registro no Cartório de RTD.
     2. A Alienação e Cessão Fiduciária de Ações será, em até 2 (dois) Dias Úteis da data de assinatura do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, à margem dos lançamentos pertinentes às ações de propriedade da Acionista, com a anotação disposta no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações. Sendo que, o registro definitivo, no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora das Ações alienadas fiduciariamente será realizado em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que as Condições Suspensivas AF sejam implementadas, estando exclusivamente a eficácia da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações condicionada ao atendimento das Condições Suspensivas AF.
     3. A Emissora deverá (a) requerer o registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações no prazo de até 5 (cinco) dias contado de sua data de celebração; e (b) encaminhar ao Agente Fiduciário (i) cópia eletrônica (por *e-mail* via arquivo PDF) integral do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora com as averbações da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, conforme previsto nas Cláusulas 2.4.2 e 4.16.2.3, em até 2 (dois) Dias Úteis após tais averbações; e (ii) 1 (uma) via original do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, conforme o caso, e de seus eventuais aditamentos, em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento no Cartório de RTD, sendo certo que a Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário, até 1 (um) Dia Útil antes da Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida), evidência de que o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações foram devidamente arquivados no Cartório de RTD.
2. **Depósito para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica**

* + 1. As Debêntures serão depositadas para:

1. distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
2. negociação no mercado secundário por meio do CETIP21– Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
   * 1. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, exceto pelo lote de Debêntures objeto da garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido), indicado no momento da subscrição, se houver, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, observado, ainda, o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 9º B e 9º-C da Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"), exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.
3. **Enquadramento do Projeto**
   * 1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto n.º 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto 8.874"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n.º 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947") e da Portaria n.º 364, de 13 de setembro de 2017 ("Portaria 364"), do Ministério de Minas e Energia ("MME"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo), por meio da Portaria nº 592,expedida pelo MME em 8 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 9 de março de 2021 ("Portaria Reforço"), como projeto prioritário pelo MME.

# CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

1. **Objeto Social da Emissora**
   * 1. A Emissora tem por objeto social: (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, fiscalização e coordenação na execução da implantação e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia.
2. **Número da Emissão**
3. A presente Escritura de Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora.
4. **Data de Emissão**
5. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de março de 2021 ("Data de Emissão").
6. **Número de Séries**
   * 1. A Emissão será realizada em série única, sendo as debêntures objeto da Oferta Restrita doravante denominadas "Debêntures".
7. **Valor Total da Emissão**
   * 1. O valor total da Emissão é de R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).
8. **Colocação e Procedimento de Distribuição**
9. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de garantia firme de colocação, para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação das Debêntures da 2ª (Segunda) Emissão da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").
10. Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta.
11. O plano de distribuição será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição, tendo como público alvo exclusivamente investidores profissionais, conforme definição constante dos artigos 9º-A e 9º-C da Instrução CVM 539 ("Investidores Profissionais"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, em conjunto, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.
12. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, nos termos da Instrução CVM 476.
13. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.
14. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita.
15. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.
16. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

1. **Agente de Liquidação e Escriturador**
   * 1. O agente de liquidação da Emissão e o escriturador das Debêntures é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação" ou "Escriturador", conforme o caso). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures, dentre outras responsabilidades que lhe são atribuídas de acordo com as normas da B3 e instruções da CVM. O Agente de Liquidação e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo.
2. **Destinação dos Recursos** 
   * 1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora serão utilizados para **(i)** o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas, sendo, no caso da dívida, a quitação integral do saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário n.º 007-17/0001-3, celebrado pela Emissora com o Banco da Amazônia S.A. ("BASA") em 10 de fevereiro de 2017 ("Financiamento BASA FNO 2"); e **(ii)** custos relativos a Emissão, relacionados à consecução do Projeto (conforme abaixo descrito), nos termos da Lei 12.431 e à implementação de reforço em instalações de transmissão de energia elétrica, no âmbito do Contrato de Concessão nº 008/2008 ("Contrato de Concessão").

|  |  |
| --- | --- |
| **Objetivo do Projeto ("Projeto")** | **Reforço em instalação de transmissão de energia elétrica, conforme a Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 5.149, de 31 de março de 2015, conforme alterada pela Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 7.267, de 28 de agosto de 2018 ("Res. Autorizativa 5.149"):** Empreendimento T2014-096 - SE Jurupari - 3° banco de autotransformadores 500/230 kV, 3X150 MVA e conexões. |
| **Data de início do Projeto** | 01 de junho de 2020 |
| **Fase atual do Projeto** | Construção |
| **Data estimada para o encerramento do Projeto** | Prazo estimado para encerramento das obras do Projeto em dezembro de 2021. |
| **Volume total estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto** | R$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais). |
| **Volume estimado de recursos financeiros a serem captados por meio das Debêntures que será destinado ao Projeto** | R$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais). |
| **Percentual estimado de recursos financeiros a serem captados por meio das Debêntures que será destinado ao Projeto** | 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento), considerando a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures |
| **Alocação dos recursos financeiros a serem captados por meio das Debêntures no Projeto** | Os recursos captados por meio das Debêntures serão exclusiva e integralmente alocados (i) no pagamento futuro e/ou (ii) no reembolso dos gastos, despesas ou dívidas (obrigações financeiras) assumidas pela Emissora para a consecução do Projeto, em observância ao disposto na Lei nº 12.431. |
| **Percentual estimado do volume total estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto a serem captados por meio das Debêntures** | Aproximadamente 100% (cem por cento). |

# 

* + 1. No prazo de até 90 (noventa) dias contado do término de cada exercício social, ou, a qualquer tempo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da solicitação pelo Agente Fiduciário, até a data em que ocorrer primeiro entre a Data de Vencimento e a data em que a Emissora comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos em decorrência das Debêntures, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário (i) declaração, assinada por representante legal com poderes para tanto nos termos do seu estatuto social, atestando que os recursos oriundos da Emissão foram aplicados na forma prevista na Cláusula 3.8.1 acima; (ii) os documentos comprobatórios da utilização dos recursos oriundos da Emissão na forma prevista na Cláusula 3.9.1 acima; e (iii) caso também seja solicitado pelo Agente Fiduciário, a exclusivo critério, conforme fundamentadamente demandado por órgão regulador ou se assim exigido pelos Debenturistas, as notas fiscais relativas ao Projeto, até o valor total da Emissão, comprovantes de pagamento de dívidas e outra documentação que lastreie a Destinação de Recursos.

1. **Classificação de Risco.**
   * 1. Foi contratada como agência de classificação de risco da Oferta Restrita, a Fitch Ratings do Brasil Ltda. ("Fitch Ratings"), que atribuirá classificação de risco (*rating*) às Debêntures.

# CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

1. **Características Básicas**
   * 1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
     2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.
     3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional.
     4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**: As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, considerando-se o preço unitário com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. O preço de integralização das Debêntures poderá ser acrescido de ágio ou deságio, desde que garantido tratamento equânime aos investidores, em cada Data de Integralização. Caso a totalidade das Debêntures não seja subscrita e integralizada na Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definida), por qualquer motivo, as Debêntures subscritas e integralizadas após a Primeira Data de Integralização terão preço de subscrição equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de sua efetiva integralização. Para os fins desta Escritura de Emissão, define-se "Primeira Data de Integralização" a data em que ocorrerá a primeira subscrição e a integralização das Debêntures.

* + - 1. Em linha com o disposto acima, a totalidade dos recursos obtidos com a Emissão será integralmente desembolsado na Conta Vinculada Integralização (conforme definido abaixo), sendo certo que a posterior liberação dos recursos para fins de atendimento da destinação dos recursos prevista nesta Escritura de Emissão, dependerá da obtenção dos registros desta Escritura de Emissão e, da mesma forma, do registro dos Contratos de Garantias, nos termos dispostos nas Cláusulas 2.2 e 2.4 acima.
    1. **Prazo e Data de Vencimento:**As Debêntures terão prazo de 15 (quinze) anos e 1 (um) mês contados da Data de Emissão, com vencimento em 15 de abril de 2036 ("Data de Vencimento das Debêntures"), ressalvadas as hipóteses de (i) vencimento antecipado, disposta na Cláusula 5.1 abaixo e (ii) resgate antecipado facultativo, sendo certo que na ocasião (ii) em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido).
    2. **Quantidade de Debêntures:** Foram emitidas 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures.

1. **Atualização Monetária e Juros Remuneratórios**: as Debêntures serão atualizadas e remuneradas de acordo com o disposto a seguir.
   * 1. *Atualização Monetária*: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures, até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), de acordo com a seguinte fórmula:

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário após incorporação e pagamento dos juros, amortização e atualização monetária a cada período, se houver, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro;

dupk = para cada índice do mês k, número de Dias Úteis entre a Primeira Data de Integralização das Debêntures, ou a última Data de Aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo "dupk" um número inteiro;

dutk = para cada índice do mês k, número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário, sendo " dutk " um número inteiro;

NIk = valor do número-índice do mês "k", anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NIk-1 = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

Onde:

1. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.
2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
3. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.
4. Entende-se por Data de Aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês.

Se até a Data de Aniversário das Debêntures o NIk não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NIk na apuração do Fator "C" um Número Índice Projetado, com base na Projeção, conforme fórumula a seguir:

Onde:

NIkp = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

*projeção* = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

Observação:

1. O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e
2. O número índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

* + - 1. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.
      2. Caso, (i) na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, ou, (ii) após o transcurso do Período de Ausência do IPCA, na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA, não seja legalmente estabelecido novo parâmetro em substituição ao IPCA, a Emissora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de quaisquer dos eventos referidos acima, Assembleia Geral de Debenturistas, a qual terá como objeto a ratificação do parâmetro de remuneração das Debêntures, acordado com a Emissora, o qual deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época e deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da remuneração das Debêntures ("Taxa Substitutiva").
      3. Até a divulgação ou deliberação, conforme o caso, da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures, o último número-índice do IPCA divulgado oficialmente, não cabendo, porém, quando da divulgação ou deliberação, conforme o caso, da Taxa Substitutiva quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.
      4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.2.1.3 acima, ressalvadas as hipóteses de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária.
      5. Na hipótese (i) da Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para deliberar sobre a Taxa Substitutiva não seja instalada, em segunda convocação, ou (ii) de não haver acordo, em referida Assembleia Geral de Debenturistas, sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas, a Emissora deverá, observados a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei n° 12.431, resgatar as Debêntures, com seu consequente cancelamento, (i) no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis da data de realização (ou não instalação, em segunda convocação) da Assembleia Geral de Debenturistas, (ii) em outro prazo que venha a ser definido em referida Assembleia Geral de Debenturistas, ou (iii) na Data de Vencimento das Debêntures, o que ocorrer primeiro, quando realizada, pelo Valor do Resgate Antecipado Facultativo. O índice IPCA a ser utilizado para cálculo da remuneração das Debêntures nessa situação será o último índice IPCA disponível.
    1. *Juros Remuneratórios*: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios prefixados equivalentes a 5,8300% (cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios").
       1. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

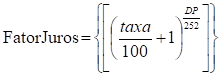
J = VNa x (FatorJuros-1)

Sendo que:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo Juros Remuneratórios das Debêntures, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:

*taxa* = 5,8300; e

DP = número de dias úteis entre a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data de cálculo (exclusive), sendo "DP" um número inteiro.

1. **Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures**
   * 1. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado facultativo ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os valores relativos aos Juros Remuneratórios referentes às Debêntures deverão ser pagos em 14 (quatorze) parcelas, anualmente, sempre no dia 15 de abril de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2023 e o último na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"), conforme indicado na tabela a seguir, sendo certo que os juros calculados entre a Primeira Data de Integralização (inclusive) e o dia 15 de abril de 2022 (exclusive) serão capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado no dia 15 de abril de 2022.

|  |  |
| --- | --- |
| **Parcela** | **Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures** |
| 1 | 15 de abril de 2023 |
| 2 | 15 de abril de 2024 |
| 3 | 15 de abril de 2025 |
| 4 | 15 de abril de 2026 |
| 5 | 15 de abril de 2027 |
| 6 | 15 de abril de 2028 |
| 7 | 15 de abril de 2029 |
| 8 | 15 de abril de 2030 |
| 9 | 15 de abril de 2031 |
| 10 | 15 de abril de 2032 |
| 11 | 15 de abril de 2033 |
| 12 | 15 de abril de 2034 |
| 13 | 15 de abril de 2035 |
| 14 | Data de Vencimento das Debêntures |

* 1. **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado**
     1. O Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado em 14 (quatorze) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de abril de 2023 e a última na Data de Vencimento das Debêntures, conforme os percentuais da tabela a seguir ("Amortização"):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Data de Amortização** | **% do Valor Nominal Unitário em 15/04/21 a ser amortizado\*** | **% do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado\*\*** |
| 1 | 15 de abril de 2023 | 1,0000% | 1,0000% |
| 2 | 15 de abril de 2024 | 3,0000% | 3,0303% |
| 3 | 15 de abril de 2025 | 3,5000% | 3,6458% |
| 4 | 15 de abril de 2026 | 5,5000% | 5,9459% |
| 5 | 15 de abril de 2027 | 6,0000% | 6,8966% |
| 6 | 15 de abril de 2028 | 2,0000% | 2,4691% |
| 7 | 15 de abril de 2029 | 1,5000% | 1,8987% |
| 8 | 15 de abril de 2030 | 8,0000% | 10,3226% |
| 9 | 15 de abril de 2031 | 10,0000% | 14,3885% |
| 10 | 15 de abril de 2032 | 10,0000% | 16,8067% |
| 11 | 15 de abril de 2033 | 11,5000% | 23,2323% |
| 12 | 15 de abril de 2034 | 11,5000% | 30,2632% |
| 13 | 15 de abril de 2035 | 12,0000% | 45,2830% |
| 14 | Data de Vencimento das Debêntures | 14,5000% | 100,0000% |

\*Percentuais utilizados para fins meramente referenciais; e

\*\*Percentuais utilizados para o cálculo da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizada.

* 1. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("Local de Pagamento").

* 1. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação previstos nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, com o devido ajuste do cálculo dos Juros Remuneratórios a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não for em um Dia Útil.

* 1. **Encargos Moratórios**
     1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios").
  2. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do efetivo recebimento pelo Debenturista, no caso de impontualidade do pagamento.

* 1. **Repactuação**
     1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
  2. **Amortização Extraordinária**
     1. Enquanto não expressamente autorizada pela legislação e/ou regulamentação aplicáveis, as Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Emissora.
  3. **Resgate Antecipado Facultativo Total**
     1. Nos termos da Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") ou de outra forma, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 3.947, a Emissora poderá, desde que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado Facultativo").
     2. O Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou, alternativamente, a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, em conjunto, observados, nesse caso, os termos da Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão (em qualquer caso, "Aviso de Resgate"), com até 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a realização do Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo").
     3. O valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo, será equivalente ao valor indicado nos itens I ou II abaixo, entre os dois, o que for maior ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"):

1. ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculado, *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; e (d) o resultado do produto do (i) prêmio de resgate de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano por (ii) *duration* das Debêntures expresso em anos e com base em um ano de 252 dias úteis, e por (iii) somatório de (a), (b) e (c) acima; ou
2. ao somatório do valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios, utilizando como taxa de desconto a taxa indicativa da NTN-B com *duration* mais próxima à *duration* remanescente das Debêntures, calculado conforme fórmula abaixo, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, à quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Debêntures:

Mais especificamente, tal valor presente deverá ser calculado conforme abaixo:

VP = somatório do valor presente das parcelas remanescentes de pagamento das Debêntures;

VNak = com relação a cada data "k" de pagamento agendado, mas ainda não realizado das Debêntures, parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado, atualizado até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, a ser amortizado em tal data "k" conforme tabela da Cláusula 4.4.1 acima;

Jk= com relação a cada data "k" de pagamento, os Juros Remuneratórios que seriam devidos na data "k", calculados sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, atualizado até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculados nos termos desta Escritura;

n = número total de pagamentos agendados e ainda não realizados das Debêntures, sendo n um número inteiro;

Taxa NTN-B Antecipação = a média aritmética das taxas indicativas da NTN-B Referência, conforme cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>), na página intitulada "Mercado Secundário de Títulos Públicos" (ou qualquer outra que vier a substituí-la), menu "NTN-B", apuradas pela média aritmética do fechamento do segundo, terceiro e quarto Dias Úteis imediatamente anteriores à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total;

NTN-B Referência = a NTN-B com duration mais próxima à duration da Debênture, conforme cálculo realizado com base nos dados de fechamento do terceiro Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e

nk = com relação a cada data "k" de pagamento, o número de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) e a respectiva data de pagamento "k" (exclusive).

* + 1. O Resgate Antecipado Facultativo poderá ser realizado apenas em períodos de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias contados do primeiro Dia Útil após ser alcançado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, calculado nos termos da Resolução CMN 3.947.
    2. A Emissora deverá enviar notificação à B3 e ao Escriturador, conforme o caso, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência, informando sobre a realização do referido Resgate Antecipado Facultativo ("Notificação de Resgate").
    3. O Aviso de Resgate e a Notificação de Resgate deverão conter, no mínimo, (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo, a qual deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil; (ii) menção ao cálculo do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.
    4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.
    5. O resgate antecipado, com relação às Debêntures que: (a) estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3; e (b) não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.
    6. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures, exceto se vier a ser permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis e observado disposto nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431 e no artigo 2º da Resolução CMN 4.751.
    7. A eventual dispensa aos requisitos constantes nos incisos III e IV, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, nos termos previstos nas Cláusulas 4.11.3 e 4.11.4 acima, será considerada objeto de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, sendo que dependerá da aprovação, tanto em primeira quanto em segunda convocações, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
  1. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora e suas partes relacionadas poderão, a qualquer tempo, a partir de 15 de outubro de 2022, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável, adquirir Debêntures, no mercado secundário, condicionado ao aceite do Debenturista vendedor e desde que, conforme aplicável, observem o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 13 e, conforme aplicável, no artigo 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus ao mesmo Juros Remuneratórios aplicável às demais Debêntures. Caso a Emissora adquira Debêntures por: (i) valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, deverá constar do relatório de administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, deve, previamente à aquisição, comunicar sua intenção ao Agente Fiduciário e a todos os Debenturistas, nos termos e condições estabelecidos no artigo 9º e seguintes da Instrução da CVM n° 620, de 17 de março de 2020, conforme alterado. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, não será necessário celebrar aditamento à esta Escritura de Emissão para refletir tal cancelamento.
  2. **Publicidade**
     1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação da Emissora ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, sendo a divulgação comunicada ao Agente Fiduciário e à B3 ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo, e a publicação, no jornal a ser substituído.
  3. **Comprovação de Titularidade das Debêntures**
     1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3.
  4. **Tratamento Tributário**
     1. Ressalvado o tratamento tributário diferenciado previsto na Cláusula 4.15.2 abaixo e seguintes, caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Agente de Liquidação ou do Escriturador, conforme o caso, a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Dessa forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora, ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio da Escritura de Emissão.
     2. As Debêntures gozam do tratamento tributário previstos nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.
     3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.15.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação ou ao Escriturador, conforme o caso, bem como à Emissora, e prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.
     4. Caso a Emissora destine os recursos obtidos com a Emissão de forma diversa da prevista na Cláusula 3.8 acima, dando causa ao seu desenquadramento definitivo da Lei 12.431, a Emissora será responsável pelo pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor captado não alocado no Projeto, observado o artigo 2º, parágrafos 5º, 6º e 7º, da Lei 12.431.

* + 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15.3 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Escritura de Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures, as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431, a Emissora (i) poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, calculada, *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), sem a incidência de quaisquer penalidades ou prêmio; ou (ii) até que o resgate seja realizado ou, até a Data de Vencimento das Debêntures e integral pagamento dos Juros Remuneratórios e dos demais encargos, caso aplicável, caso a Emissora não possa, conforme a legislação aplicável, ou opte por não resgatar a totalidade das Debêntures nos termos do item "(i)" acima, se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer aos pagamentos de quaisquer montantes relativos às Debêntures valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos tributos não fossem incidentes, fora do âmbito da B3.

* 1. **Garantias Reais**

* + 1. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:
       1. A Emissora obriga-se a ceder fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, nos termos da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei 4.728"), artigo 66-B, §3º, **(A)** com eficácia imediata: (i) a totalidade dos direitos da Emissora contra o Banco Modal S.A., na qualidade de banco depositário da Conta Vinculada Integralização (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), na qual serão integralmente depositados os recursos provenientes da integralização das Debêntures, bem como todos os recursos nela depositados ou que venham a ser depositados e mantidos, a qualquer tempo, inclusive, mas não limitado aos investimentos e rendimentos atrelados à Conta Vinculada Integralização, bem como quaisquer recursos eventualmente em trânsito para tal Conta Vinculada Integralização, ou em compensação bancária ("Direitos da Conta Vinculada Integralização"), observada a destinação dos recursos prevista na Cláusula 3.8 acima; (ii) o sobejo dos direitos, inclusive econômicos, de titularidade da Emissora e da Acionista, conforme o caso, outorgados em favor do BASA por meio dos Contratos de Garantia FDA/FNO 1 (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), incluindo, todos e quaisquer direitos ou montantes que a Emissora e a Acionista, conforme o caso, tenham direito de receber após uma eventual excussão das Garantias Existentes FDA/FNO 1 (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) e após a integral quitação das dívidas garantidas por tais Garantias Existentes FDA/FNO 1 (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), respeitados e observados integralmente os termos e condições dispostos (i) na Cédula de Crédito Bancário n° FMC-G-007-10/0061-5, emitida pela Cedente em favor do BASA em 30 de dezembro de 2010, conforme aditada de termos em tempos (“Financiamento BASA FNO 1”), e (ii) na “Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, dividida em 5 (cinco) séries da Espécie com Garantia Real e Fidejussória por Fiança”, celebrada entre a Cedente e o BASA em 07 de janeiro de 2012, conforme aditada de tempos em tempos e, da mesma forma, observada a alteração trazida pela Resolução n° 18, de 28 de janeiro de 2021, conforme alterada pela Resolução n° 33, de 25 de fevereiro de 2021, ambas emitidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”), quanto à reconstituição progressiva da Conta Reserva no âmbito do Financiamento SUDAM FDA (“Financiamento SUDAM FDA”) e Financiamento BASA FNO 2 e respectivas garantias, em especial (i) do penhor sobre os direitos emergentes do Contrato de Concessão, (ii) do penhor dos direitos de crédito do Contrato de Concessão, e (iii) do penhor de ações de emissão da Cedente e dos direitos econômicos de tais ações, de titularidade da Acionista, todos atualmente outorgados em garantia ao BASA e aos debenturistas no âmbito do Financiamento BASA FNO 1, Financiamento SUDAM FDA e Financiamento BASA FNO 2 e respectivas garantias (“Direitos Creditórios Residuais”); e (iii) a totalidade dos direitos da Emissora contra o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco depositário da Conta Centralizadora (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), bem como todos os recursos depositados ou que venham a ser depositados e mantidos, a qualquer tempo, incluindo, mas não limitado, aos investimentos e rendimentos atrelados à Conta Centralizadora, bem como quaisquer recursos eventualmente em trânsito para a Conta Centralizadora, ou em compensação bancária, incluindo os recursos advindos da(s) conta(s) vinculada(s) de titularidade da Emissora mantida(a) junto ao BASA, outorgadas em garantia no âmbito do Financiamento BASA FNO 1, Financiamento SUDAM FDA e Financiamento BASA FNO 2, decorrentes da Receita Anual Permitida – RAP, incluindo a RAP decorrente da Res. Autorizativa 5.149, no âmbito do Contrato de Concessão ("Direitos da Conta Centralizadora"), os quais serão transferidos imediatamente e de forma automática pelo BASA para a Conta Centralizadora, observados os termos e condições previstos no Contrato de Penhor de Créditos FNO 1; e **(B)** sujeito à implementação das respectivas condições suspensivas, conforme previstas nas Cláusulas 4.16.1.3 e 4.16.1.4 abaixo e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (i) a totalidade dos direitos creditórios de que é titular emergentes (i) do Contrato de Concessão e da Res. Autorizativa 5.149; (ii) do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão 009/2008 ("Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão"), firmado entre a Emissora e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS ("ONS"), em 14 de abril de 2009, e seus posteriores aditivos ("CPST"); (iii) dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias de Transmissão e as Usuárias do sistema de transmissão ("Contratos de Uso do Sistema de Transmissão" e "CUST", respectivamente) (“Direitos Creditórios da Concessão”) (“Cessão Fiduciária de Direitos da Concessão”); e (ii) a totalidade dos direitos creditórios detidos pela Emissora no âmbito do “*Contrato de Cessão Onerosa de Direitos de Uso e Outras Avenças*”, que entre si celebraram a Emissora e a Tim Celular S.A., CNPJ nº. 04.206.050/0001-80, a qual foi incorporada pela TIM S.A., CNPJ nº. 02.421.421/0001-11, a qual lhe sucedeu em todos os direitos e obrigações, inclusive sob o Contrato de Cessão Onerosa TIM (“TIM”) em 27 de setembro de 2011, e seus aditamentos ("Direitos Creditórios TIM" e, em conjunto com os Direitos da Conta Vinculada Integralização, com os Direitos Creditórios Residuais, com os Direitos da Conta Centralizadora e com os Direitos Creditórios da Concessão, os "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente") (“Contrato de Cessão Onerosa TIM” e "Cessão Fiduciária de Direitos TIM"), os quais, após o implemento da respectiva condição suspensiva, deverão ser pagos única e exclusivamente na Conta Centralizadora, por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", a ser celebrado, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios").
       2. O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios será devidamente registrado nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.4.2 acima, sendo válido a partir desta data.
       3. A eficácia da Cessão Fiduciária de Direitos TIM estará sujeita, nos termos e prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, à confirmação do pagamento antecipado integral ou, da mesma forma, do pagamento no respectivo vencimento do Financiamento BASA FNO 2 e a consequente liberação das garantias constituídas em favor do BASA no âmbito do Financiamento BASA FNO 2 ("Condição Suspensiva TIM").
       4. A eficácia da Cessão Fiduciária de Direitos da Concessão estará sujeita, nos termos e prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (i) à confirmação do pagamento antecipado integral ou, da mesma forma, do pagamento no respectivo vencimento do Financiamento BASA FNO 1 e a consequente liberação das garantias constituídas em favor do BASA no âmbito do Financiamento BASA FNO 1; (ii) à confirmação do pagamento antecipado integral ou, da mesma forma, do pagamento no respectivo vencimento do Financiamento BASA FNO 2 e a consequente liberação das garantias constituídas em favor do BASA no âmbito do Financiamento BASA FNO 2; e (iii) resgate antecipado total ou quitação integral e obtenção do termo de quitação, termo de liberação, ou relatório de encerramento emitido pelo agente fiduciário, conforme for o caso, das debêntures referentes ao Financiamento SUDAM FDA (em conjunto "Condição Suspensiva BASA").
       5. A Conta Vinculada Integralização objeto da Cessão Fiduciária da Conta Vinculada Integralização será aberta até 1 (um) Dia Útil antes da Primeira Data de Integralização, exclusivamente para receber os valores decorrentes da totalidade da integralização das Debêntures, sendo que os recursos ali depositados decorrentes da integralização das Debêntures serão utilizados para o atendimento da Destinação dos Recursos, conforme previsto nas Cláusulas 3.8 e 4.16.1.1 acima, observado os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
       6. Quando da quitação integral do Financiamento BASA FNO 2, os atuais domicílios bancários do Contrato de Cessão Onerosa TIM, do Contrato de Concessão, da Res. Autorizativa 5.149, do CPST e do CUST serão extintos e imediatamente e integralmente substituídos pela conta centralizadora n.º 013.023627-8, agência nº 2271 mantida junta ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Conta Centralizadora"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
    2. Alienação e Cessão Fiduciária de Ações:
       1. Nos termos dos artigos 40, 100 e 113, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 66-B da Lei 4.728, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, observado o integral cumprimento das Condições Suspensivas AF previstas na Cláusula 4.16.2.2 abaixo e no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, será constituída (i) alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora de titularidade da Acionista equivalentes à totalidade das Ações ("Alienação Fiduciária de Ações"), para assegurar o fiel e pontual pagamento do Valor Garantido, a ser constituída por meio do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças com Condição Suspensiva", a ser celebrado entre a Acionista, a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações"), bem como, complementarmente, (ii) cessão fiduciária sobre todos os dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), proventos, lucros, frutos, rendimentos, preferências, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores que venham a ser apurados e/ou declarados pela Emissora à Acionista em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações, incluindo, sem limitação, resgate, amortização e redução de capital; e (iii) cessão fiduciária sobre a totalidade dos direitos creditórios, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos como resultado dos valores depositados na conta vinculada da Acionista, na qual, uma vez constituída referida conta bancária, serão depositados os recursos provenientes dos Rendimentos das Ações ("Conta Vinculada Rendimentos"), bem como todos os recursos nela depositados e/ou aplicados, constituída nos termos do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações ("Rendimentos das Ações", "Cessão Fiduciária de Rendimentos" e "Cessão Fiduciária da Conta Vinculada de Rendimentos", respectivamente e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, a "Alienação e Cessão Fiduciária de Ações").
       2. A eficácia da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações estará sujeita ao implemento das seguintes condições, de forma cumulativa, nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações: (i) à confirmação do pagamento antecipado integral ou, da mesma forma, do pagamento no respectivo vencimento do Financiamento BASA FNO 1 e a consequente liberação das garantias constituídas em favor do BASA no âmbito do Financiamento BASA FNO 1; (ii) à confirmação do pagamento antecipado integral ou, da mesma forma, do pagamento no respectivo vencimento do Financiamento BASA FNO 2 e a consequente liberação das garantias constituídas em favor do BASA no âmbito do Financiamento BASA FNO 2; e (iii) resgate antecipado total ou quitação integral e obtenção do termo de quitação, termo de liberação, ou relatório de encerramento emitido pelo agente fiduciário, conforme for o caso, das debêntures referentes ao Financiamento SUDAM FDA (em conjunto "Condições Suspensivas AF").
       3. O Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações será devidamente registrado nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.4.2 acima, sendo válido a partir desta data. O registro, sob Condições Suspensivas AF, no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora das Ações alienadas fiduciariamente será realizado em até 2 (dois) Dias Úteis da data de assinatura do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, sendo que o registro definitivo, no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora das Ações alienadas fiduciariamente será realizado em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que as Condições Suspensivas AF sejam implementadas, estando exclusivamente a eficácia da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações condicionada ao atendimento das Condições Suspensivas AF.
       4. Quando do pagamento integral do Financiamento BASA FNO 1, do Financiamento BASA FNO 2 e do Financiamento SUDAM FDA, o "Contrato de Penhor da Totalidade das Ações de Emissão da Empresa Linhas de Xingu Transmissora de Energia e Outras Avenças", celebrado entre o Alienante, Isolux Ingenieria S.A., o BASA e a Companhia em 30 de dezembro de 2010 será extinto e imediatamente e integralmente substituído pelo Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações.
  1. **Garantia Fidejussória**
     1. A Fiadora, neste ato, se obriga, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como fiadora e principal pagadora, responsável pelo Valor Garantido, observado o disposto na Cláusula 4.17.1.1 abaixo, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita ("Fiança").

* + - 1. A Fiança é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida, eficaz e exequível em todos os seus termos, e vinculando seus respectivos sucessores, até o cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto (conforme abaixo definido).
      2. Para fins desta Escritura, "Valor Garantido" significa quaisquer valores relativo (i) as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora e pela Fiadora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios, de prêmio de resgate antecipado, dos Encargos Moratórios e dos demais encargos, relativos às Debêntures a esta Escritura de Emissão e aos demais Documentos da Operação (conforme abaixo defindo), quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (ii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora e/ou pela Fiadora nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, incluindo obrigações de pagar honorários, despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação e/ou em decorrência da constituição, manutenção, realização, consolidação e/ou excussão ou execução de qualquer das Garantias.
      3. Para fins desta Escritura de Emissão, "*Completion* Físico e Financeiro do Projeto" significa a apresentação e/ou comprovação cumulativa das seguintes condições ao Agente Fiduciário:

1. comprovação da conclusão do Projeto e da sua entrada em operação comercial, conforme definido no Contrato de Concessão e na Res. Autorizativa 5.419, com emissão pelo ONS, conforme Resolução Normativa Nº 905, de 8 de dezembro de 2020, de (1) Termo de Liberação de Receita (TLR), que dá direito ao recebimento de parcela de Receita Anual Permitida – RAP, quando houver pendências impeditivas de terceiros ou pendências impeditivas de caráter sistêmico e não houver pendências impeditivas próprias ou (2) conforme o caso, Termo de Liberação Definitivo (TLD);
2. apresentação de cópia eletrônica da Licença de Operação do Projeto expedida pelo órgão ambiental competente;
3. estar a Emissora em operação comercial plena e apta a receber regularmente, na Conta Centralizadora, 100% (cem por cento) da Receita Anual Permitida (RAP) prevista na Res. Autorizativa 5.149, mediante a apresentação de cópia eletrônica de (i) Aviso de Crédito (AVC) emitido pelo ONS mensalmente, excetuadas eventuais inadimplências de usuários, Parcelas de Ajustes, Parcelas Variáveis, Déficits de arrecadação e/ou alterações regulatórias supervenientes, referente ao Projeto; e (ii) extratos bancários da respectiva conta, por, no mínimo, 3 (três) meses consecutivos;
4. confirmação por escrito pela Emissora, por meio da declaração do item (e) abaixo, (i) de inexistência de débitos, passivos financeiros e/ou qualquer obrigação pecuniária vencidos e exequíveis atribuídos à Emissora junto ao MME, à ANEEL e/ou ao ONS, que possam causar um Efeito Adverso Relevante no Projeto, bem como que (ii) inexistem débitos vencidos e exequíveis com os fornecedores das obras relacionadas ao reforço em instalação de transmissão de energia elétrica, conforme Res. Autorizativa 5.149, que possam causar um Efeito Adverso Relevante no Projeto;
5. envio, ao Agente Fiduciário, de declaração, assinada por representante legal da Emissora, com poderes para tanto na forma de seu estatuto social, atestando *Completion* Físico e Financeiro do Projeto e o cumprimento dos temas tratados nos itens acima; e
6. estar a Emissora adimplente com os índices financeiros descritos nesta Escritura de Emissão, tendo sido apurado o ICSD mínimo descrito nesta Escritura de Emissão.
   * + 1. Até que seja comprovado o *Completion* Físico e Financeiro, na forma da Cláusula 4.17.1.3 acima, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados do término de cada mês, ou no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de solicitação do Agente Fiduciário nesse sentido, conforme o caso, relatório de monitoramento do Projeto atualizado, em forma e substância satisfatórias ao Agente Fiduciário, elaborado pela Elecnor do Brasil Ltda. ou qualquer outra empresa de engenharia independente e de reputação ilibada que venha a sucedê-la ou substituí-la, contratada pela Emissora, às suas expensas, para fins de realização das obras do Projeto, contendo, no mínimo, a atualização do cronograma de entrada de operação e de avanço físico, fotos, comentários acerca dos avanços e os principais desafios encontrados e endereçamento destes, conforme aplicável.
     1. A comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, para os fins da Cláusula 4.17.1.1 acima, se dará por meio da comprovação, pela Emissora ao Agente Fiduciário, das condições listadas na Cláusula 4.17.1.3 acima, juntamente com declaração da Emissora atestando o cumprimento das condições para o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto.
     2. A Fiadora não será liberada das obrigações aqui assumidas em virtude de atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de qualquer: (i) alteração dos termos e condições das Debêntures acordados entre a Emissora e os Debenturistas, nos termos da presente Escritura de Emissão; (ii) novação ou não exercício de qualquer direito, ação, privilégio e/ou garantia dos Debenturistas contra a Emissora; ou (iii) limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial, falência ou procedimentos de natureza similar;
     3. O Valor Garantido deverá ser pago no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Fiadora informando a falta de pagamento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios ou encargos de qualquer natureza. O pagamento do Valor Garantido, na medida exata da parcela da dívida inadimplida, conforme informado na notificação escrita acima mencionada, será realizado pela Fiadora de acordo com os termos e procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
     4. O pagamento a que se refere a Cláusula 4.17.4 acima pela Fiadora deverá ser realizado fora do âmbito da B3 e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, sempre em conformidade com os termos e procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
     5. Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo estipulado nesta Escritura de Emissão, não configura em nenhuma hipótese inadimplemento pela Fiadora das obrigações por ela assumidas nos termos desta Escritura de Emissão. A Fiadora somente poderá ser considerada inadimplente se não realizar pagamento de valor devido e não pago pela Emissora em conformidade com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.
     6. Fica facultado à Fiadora efetuar o pagamento do Valor Garantido inadimplido pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido na Escritura de Emissão, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será considerado como sanado pela Fiadora.
     7. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam da Fiadora os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.
     8. A Fiadora expressamente renúncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
     9. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
     10. A Fiadora subrogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas e/ou do Agente Fiduciário contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança descrita nesta Cláusula, sendo certo que a Fiadora somente poderá exigir e/ou demandar tais valores da Emissora após a integral liquidação das Debêntures. Caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos aqui estipulados, a Fiadora deverá repassar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, tal valor aos Debenturistas.
     11. A Fiadora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, mesmo em caso de prorrogação ou extensão do prazo de vencimento das Debêntures, encerrando-se este prazo na data de comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.
     12. Estando em vigor, a Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, ou pelos Debenturistas, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.
     13. A Fiadora desde já reconhece e aceita que a Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações na Escritura de Emissão, respeitado os previsto na Cláusula 4.17.12 acima.
     14. Para os fins desta Escritura de Emissão, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a Alienação e Cessão Fiduciária de Ações e a Fiança serão consideradas e doravante denominadas, em conjunto, como "Garantias" e o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios serão considerados e doravante denominados, em conjunto, como "Contratos de Garantias".

# CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

* 1. Observado o disposto nesta cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

* + 1. **Vencimento Antecipado Automático**: Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1.2 abaixo:

1. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, previstos nessa Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias e/ou nos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
2. questionamento judicial pela Emissora e/ou pela Fiadora, de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão, e/ou das Garantias e/ou dos demais instrumentos relacionados no âmbito dessa Emissão e dos seus aditamentos;
3. declaração de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexequibilidade, total ou parcial, das disposições desta Escritura de Emissão e/ou das Garantias e/ou dos seus respectivos aditamentos, incluindo, mas não se limitando a Fiança, por sentença arbitral ou decisão judicial, não revertida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis;
4. extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou de falência relativo à Emissora formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal;
5. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora;
6. extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica da Emissora;
7. a transformação da Emissora em outro tipo societário; ou
8. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer outra sociedade do Grupo Econômico, de quaisquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas.
   * 1. A ocorrência de qualquer das hipóteses de Evento de Inadimplemento previsto na Cláusula 5.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures e as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.
     2. **Vencimento Antecipado Não Automático**: Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1.5 abaixo, quaisquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:
9. extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Fiadora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela da Fiadora ou de falência relativo à Fiadora formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal;
10. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Fiadora;
11. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e em qualquer dos Documentos da Operação, conforme aplicável, não sanado no respectivo prazo de cura ou em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da data do descumprimento, caso não haja prazo de cura estabelecido;
12. cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou da Fiadora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, exceto se: (a) tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; (b) desde que mantido o controle acionário e a gestão, direta ou indireta, da Emissora e da Fiadora pela Perfin Administração de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/ME 04.232.804/0001-77 e/ou pela Starboard Asset Ltda., inscrita no CNPJ/ME 15.032.609/0001-10; (c) decorrente de realização de oferta pública de ações da Emissora ou de quotas de Fundo de Investimento em Participações – Infraestrutura (FIP-IE) que, direta ou indiretamente, controlem a Emissora; ou (d) desde que o novo controlador, direto ou indireto, da Emissora tenha classificação de risco (*rating*) corporativo em escala nacional igual ou superior à classificação de risco (*rating*) "AA(bra)" pela Fitch Ratings ou equivalente pela Standard & Poor's ou pela Moody's, em qualquer dos casos (a) a (d) acima, desde que não haja descumprimento das Leis Anticorrupção, conforme previsto no item (r) desta Cláusula pelo novo acionista e o novo acionista não seja do setor de tabaco, armas de fogo e/ou explosivos;
13. alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, exceto se: (a) tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas; (b) desde que mantido o controle acionário e a gestão, direta ou indireta, da Emissora e da Fiadora pela Perfin Administração de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ/ME 04.232.804/0001-77 e/ou pela Starboard Asset Ltda., inscrita no CNPJ/ME 15.032.609/0001-10; (c) decorrente de realização de oferta pública de ações da Emissora ou de quotas de Fundo de Investimento em Participações – Infraestrutura (FIP-IE) que, direta ou indiretamente, controlem a Emissora; ou (d) desde que o novo controlador, direto ou indireto, da Emissora tenha classificação de risco (*rating*) corporativo em escala nacional igual ou superior à classificação de risco (*rating*) "AA(bra)" pela Fitch Ratings ou equivalente pela Standard & Poor's ou pela Moody's, em qualquer dos casos (a) a (d) acima, desde que não haja descumprimento das Leis Anticorrupção, conforme previsto no item (r) desta Cláusula pelo novo acionista e o novo acionista não seja do setor de tabaco, armas de fogo e/ou explosivos;
14. redução de capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se para absorção de prejuízos;
15. declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado (i) pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou o equivalente em outras moedas, e/ou (ii) pela Fiadora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, junto a quaisquer instituições financeiras, valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo vencimento, sendo certo que com relação à Fiadora, a presente hipótese manter-se-á válida somente até a comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto;
16. protesto de títulos (i) contra a Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), até o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto e R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) após o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto e/ou (ii) contra a Fiadora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que tal erro ou má-fé tenha sido comprovado pela Emissora e/ou pela Fiadora aos Debenturistas dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal, ou ainda (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário, sendo certo que com relação à Fiadora, a presente hipótese manter-se-á válida somente até a comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto;
17. constituição, pela Emissora, a qualquer tempo, de quaisquer garantias reais ou qualquer outro Ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos ou receitas, ou, ainda, garantias fidejussórias, desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (1) mediante autorização prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, (2) no contexto dos Endividamentos Permitidos descritos no item (k)(B) abaixo, poderá a Emissora outorgar garantia real sobre os direitos creditórios de RAP adicional, decorrente de reforço de instalação de transmissão de energia elétrica relacionados ao Projeto, reforço esse aprovado em resolução autorizativa da ANEEL, mediante conclusão dos investimentos previstos na referida resolução autorizativa, bem como outorgar as Garantias aos credores/investidores dos instrumentos decorrentes dos Endividamentos Permitidos descritos no item (k)(B) abaixo, desde que de forma subordinada às Debêntures; ou (3) no contexto dos Endividamentos Permitidos descritos no item (k)(C) abaixo, em que quaisquer garantias reais ou fidejussórias, poderão ser outorgados em garantia em favor dos credores/investidores dos instrumentos decorrentes dos Endividamentos Permitidos descritos no item (k)(C) abaixo, desde que tais Endividamentos Permitidos e suas respectivas garantias, conforme item (k)(C), sejam contratados e formalizados de forma subordinada às Debêntures;
18. concessão, pela Emissora, de mútuo a seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, salvo se previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
19. captação de novo(s) empréstimo(s) ou financiamento(s) pela Emissora, ressalvadas (A) dívidas cujo o saldo do valor, individual ou agregado, não seja superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), (B) dívidas cujo o saldo do valor, individual ou agregado, não seja superior a R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e cuja destinação de recursos seja o financiamento de eventuais novos reforços em instalações de transmissão de energia elétrica relacionados ao Projeto, no limite dos investimentos que venham a ser exigidos e aprovados pela ANEEL, e (C) subordinadas à presente Emissão (em conjunto, os "Endividamentos Permitidos") e, em qualquer dos casos (A), (B) e (C), desde que a Emissora e a Fiadora, conforme aplicável, estejam adimplentes com as obrigações da Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, sendo certo que para o item (C) deverá ainda ser observada a manutenção da classificação de risco (*rating*) "AA(bra)" e observada a manutenção de um índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de no máximo 4,0x e para o item (B) ser observada a manutenção da classificação de risco (*rating*) "AA(bra)";
20. celebração, pela Emissora, de contratos onerosos com seus acionistas diretos ou indiretos e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, com exceção de (i) contrato para os serviços de operação e gerenciamento de manutenção (O&M), contrato este que não poderá ter valor superior a R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por ano, na data-base de 31 de março de 2021, atualizado pelo IPCA, ou (ii) contrato de compartilhamento de custos e despesas e/ou serviços administrativos, conforme aprovado pela ANEEL, sendo certo que a Emissora deverá comprovar ao Agente Fiduciário, uma vez que tais contratos sejam celebrados, que o limite aqui estabelecido está sendo respeitado;
21. nacionalização, desapropriação, confisco, qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de transmissora de energia elétrica, extinção e apreensão, desde que estas causem uma Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido) na Emissora;
22. resgate, amortização de ações, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora ("Distribuições aos Acionistas"), até a comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto;
23. uma vez comprovado o cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, e desde que não tenha sido convocada ou instalada uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures da presente Emissão, realização de Distribuições aos Acionistas, cujo valor, individual ou agregado supere o mínimo obrigatório, conforme previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Emissora vigente na Data de Emissão, exceto se (1) a Emissora e a Fiadora estiverem cumprindo com suas obrigações pecuniárias no âmbito da Emissão, (2) a Emissora estiver cumprindo o ICSD mínimo (conforme definido abaixo), apurado com base em suas demonstrações financeiras auditadas mais recentes e emitidas em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias da data de cada resgate, amortização de ações, distribuição e/ou pagamento dos dividendos; e (3) tenha sido aberta a Conta Vinculada Rendimentos, sendo que o item (3) somente será observado quando implementado as Condições Suspensivas AF;
24. aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
25. descumprimento, pela Emissora, não sanado ou revertido dentro do respectivo prazo de cura, de obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão, que possa causar um Efeito Adverso Relevante na Emissora;
26. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou por qualquer de suas Controladas, durante a vigência das Debêntures, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção, atos lesivos à administração pública, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal, incluindo, sem limitação, o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, as Leis nº 7.492, de 16 de junho de 1986, conforme em vigor, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, conforme em vigor, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conforme em vigor, n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme em vigor, 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme em vigor, n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme em vigor e n.º 13.810, de 8 de março de 2019, conforme em vigor, o Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, conforme em vigor, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, a *OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions* e o *UK Bribery Act 2010*, se e conforme aplicável (em conjunto, as "Leis Anticorrupção");
27. descumprimento, pela Emissora, durante a vigência das Debêntures da Legislação Socioambiental, bem como das demais legislações e regulamentações ambientais aplicáveis ao Projeto que cause um Efeito Adverso Relevante;
28. descumprimento, pela Fiadora, até o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, da legislação trabalhista, relativa à saúde e segurança ocupacional, à medicina do trabalho, ao patrimônio histórico e cultural, à sustentabilidade, bem como às demais legislações e regulamentações trabalhistas e previdenciárias supletivas, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas ao combate ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização de mão-de-obra infantil ou em condições análogas à escravidão, nesse último caso, com a respectiva inclusão no Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho;
29. ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;

1. se as Garantias tornarem-se comprovadamente ineficazes, inexequíveis ou inválidas ou não forem mais suficientes para assegurar o pagamento da importância devida e não forem substituídas ou complementadas, na forma e prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e nos respectivos Contratos de Garantias;
2. alteração do objeto social da Emissora, de forma que a atividade da Emissora deixe de abranger a implantação e execução do Projeto;
3. provarem-se falsas, enganosas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias e nos demais documentos da Oferta Restrita;

1. caso o "Contrato de Penhor de Créditos, Administração de Contas, Cobrança, Depósito e outras Avenças", firmado entre a Companhia e o BASA em 30 de dezembro de 2010, não seja aditado, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da Primeira Data de Integralização, para alterar a conta corrente de livre movimentação e de titularidade da Companhia n.º 075.914-6, da agência 007-8 (Belém), mantida junta ao BASA, pela Conta Centralizadora;
2. não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das concessões, licenças, alvarás, subvencções, permissões ou autorizações, conforme aplicável, da Emissora, indispensáveis para a exploração de suas atividades de transmissão de energia elétrica, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão, a Emissora comprove ao Agente Fiduciário a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção das referidas concessões, licenças, alvarás, subvencções, permissões ou autorizações, conforme aplicável;
3. descumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de decisão judicial contra a qual não caiba interposição de recurso ou medida judicial com possibilidade expressamente prevista em lei de atribuição com efeito suspensivo, o que ocorrer primeiro, e/ou de qualquer decisão arbitral definitiva ou contra a qual não caiba interposição de medida judicial com possibilidade expressamente prevista em lei de atribuição com efeito suspensivo, o que ocorrer primeiro ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ou o equivalente em outras moedas, para a Emissora e R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, para a Fiadora, valores estes atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, sendo certo que com relação à Fiadora, a presente hipótese manter-se-á válida somente até a comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; ou
4. não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") equivalente a, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas da Emissora.

O ICSD deverá ser apurado, no mínimo, anualmente, conforme metodologia de cálculo abaixo, calculado com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas da Emissora, a ser apurado pela Emissora, validado pelo Auditor Independente e acompanhado pelo Agente Fiduciário ao término de cada exercício social da Emissora, devendo a primeira apuração ser realizada 1 (um) ano após o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto (inclusive).

Para fins desta Escritura e do cálculo do ICSD, será considerada a divisão entre (a) o EBITDA Ajustado deduzido do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no exercício; e (b) o Serviço da Dívida.

* + 1. Para os fins desta Escritura de Emissão:

1. "Controle" (inclusive o termo "Controlada") significa, em relação a qualquer Pessoa, a titularidade por outra Pessoa, direta ou indiretamente, por meio de participação societária, quotas, gestão, contrato, acordo de acionistas ou similares, acordo de voto ou de qualquer outra forma, de direitos que lhe assegurem, de modo permanente (1) preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de tal Pessoa, (2) efetiva prevalência na condução dos negócios de tal Pessoa, ou (3) o poder de dirigir ou providenciar a direção da administração e das políticas de tal Pessoa de forma discricionária.
2. "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras, inclusive caixa que esteja submetido a qualquer Ônus para garantir qualquer Dívida.
3. "Dívida" significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil / *leasing* financeiro e os títulos de renda fixa, conversíveis ou não, frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos, fianças e avais para terceiros em ambos os casos.
4. "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras.
5. "EBITDA Ajustado" significa o somatório de: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos de renda, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período, (v) das provisões contábeis que não tenham efeito caixa e (vi) dos valores que tenham impactado o resultado do período decorrentes de ajustes contábeis que não tenham efeito caixa oriundos da obtenção do valor justo e "impairment" do Ativo Financeiro de Concessão.
6. "Serviço da Dívida" significa, com relação a qualquer período, a soma de todos os pagamentos de juros remuneratórios, do saldo de principal ou das amortizações do saldo do valor nominal unitário atualizado, dos encargos moratórios, se aplicáveis, e dos prêmios de resgate, se for o caso, da Dívida;
7. "Efeito Adverso Relevante" significa (i) um efeito adverso relevante na situação (financeira ou operacional), nos negócios, nos bens, no Projeto, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou da Fiadora; e/ou (ii) um efeito adverso na capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou da Fiadora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, conforme aplicável;
8. "Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, qualquer outro gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha efeito prático similar a qualquer das expressões acima;
9. "Pessoa" significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, associação, parceria, sociedade de fato ou sem personalidade jurídica, fundo de investimento, condomínio, *trust*, *joint venture*,veículo de investimento, universalidade de direitos, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica, ou qualquer outra entidade de qualquer natureza.
10. "Legislação Socioambiental": a legislação ambiental em vigor, incluindo a Política Nacional do Meio Ambiente, as Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, as normas relativas à saúde e segurança ocupacional, à medicina do trabalho, ao patrimônio histórico e cultural, à sustentabilidade, bem como as demais legislações e regulamentações socioambientais, trabalhistas e previdenciárias supletivas, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas ao combate ao incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização de mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo.
11. "Receitas Operacional Bruta" significa, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas da Emissora, o valor constante da rubrica "Receita bruta de serviços".
    * 1. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previsto na Cláusula 5.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula VIII abaixo, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
      2. Nas Assembleias Gerais de Debenturistas mencionadas na Cláusula 5.1.5 acima, observado os quóruns de instalação descritos na Cláusula 8.3 abaixo, os Debenturistas poderão decidir por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável, mediante a deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, desde que aprovado, em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures presentes na referida Assembleia Geral de Debenturistas (desde que estejam presentes à Assembleia Geral de Debenturistas em questão, Debenturistas representando, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação.
         1. Na hipótese de não ser aprovada a não declaração de vencimento antecipado prevista na Cláusula 5.1.6 acima, o Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
         2. Em caso de suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.1.6 acima para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
      3. Observados os respectivos prazos de cura aplicáveis, na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento que seja automático, conforme indicado na Cláusula 5.1.1 acima, ou na hipótese da Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 5.1.4 acima não ser instalada, em segunda convocação, ou não deliberar pela não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá exigir o pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, pela Emissora (sem prejuízo da Fiança), fora do âmbito da B3, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, que deverá conter as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
      4. A B3 deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, nos termos do manual de operações da B3.
      5. Caso o pagamento da totalidade das Debêntures previsto na Cláusula 5.1.7 acima seja realizado por meio da B3, a Emissora deverá comunicar a B3, por meio de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário, sobre o tal pagamento, com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.

# CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

* 1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

1. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores e na página da CVM na rede mundial de computadores, bem como fornecer ao Agente Fiduciário:
2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas por uma das seguintes empresas de auditoria indepentende registrada na CVM: Ernst & Young Auditores Independentes S/S, KPMG Auditores Indepdentes, Deloitte Touche Tomatsuu Auditores Independentes ou PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente") da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do índice financeiro, elaborado pelo Auditor Independente contratado pela Emissora contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada por representante legal, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
3. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social), ou em até 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras trimestrais, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM e aplicáveis à Emissora;; e
4. nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480").
5. fornecer ao Agente Fiduciário:
6. cópia dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais da Emissora que devam ser arquivadas na JUCERJA e, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ou em normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, até 5 (cinco) Dias Úteis após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
7. em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Resolução CVM Nº 17, de 9 de fevereiro de 2021 ("Resolução CVM 17");
8. informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão que (*1*) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (*2*) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora, em até 3 (três) Dias Úteis após a sua ocorrência;
9. informações sobre alterações estatutárias ocorridas que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão dentro de, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis após as referidas alterações; e
10. enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório anual, no prazo de até 30 (trinta) dias do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM;
11. previamente a qualquer Distribuições aos Acionistas, (a) relatório específico de apuração do índice financeiro, elaborado pelo Auditor Independente contratado pela Emissora contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia e emitidas em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias de cada evento de resgate, amortização de ações, distribuição e/ou pagamento dos dividendos, e (b) declaração, assinada por representante legal da Companhia, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) a inexistência de descumprimento de obrigações pecuniárias da Emissora e/ou da Fiadora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (ii) que não há uma Assembleia Geral de Debenturistas convocada ou instalada para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo o Agente Fiduciário, podendo este, adicionalmente aos documentos aqui elencados, solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os documentos ou eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários para fins de validação dos covenants previstos na Escritura de Emissão;

1. enviar à B3 os documentos e informações exigidos por esta entidade, no prazo solicitado;
2. efetuar pontualmente o pagamento (a) dos serviços relacionados ao depósito das Debêntures na B3; e (b) das despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário;
3. atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, e demais normativos aplicáveis à Emissão, incluindo:
4. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
5. submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por Auditor Indepedente registrado na CVM;
6. divulgar, até o dia anterior ao início das negociações das Debêntures, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados, exceto quando o emissor não as possua por não ter iniciado suas atividades previamente ao referido período, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações, (*1*) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (*2*) em sistema disponibilizado pela B3;
7. divulgar as demonstrações financeiras consolidadas subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, (*1*) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (*2*) em sistema disponibilizado pela B3;
8. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
9. divulgar a ocorrência de fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 (*1*) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (*2*) em sistema disponibilizado pela B3;
10. fornecer as informações solicitadas pela CVM;
11. divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, o relatório anual do Agente Fiduciário e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e
12. observar as disposições da regulamentação especifica editada pela CVM, caso seja convocada, para realização de modo parcial ou exclusivamente digital, assembleia de titulares das Debêntures;
13. contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Agente de Liquidação e o Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) agência de classificação de risco; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);

1. manter atualizados e em ordem os livros e registros societários da Emissora;

1. manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;

1. (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;
2. permitir, mediante prévia notificação do Agente Fiduciário, assim orientado neste sentido por deliberação dos Debenturistas, inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, ou por terceiros contratados para tal, devidamente aprovados na referida assembleia, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
3. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
4. cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
5. arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na B3, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (iii) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Agente de Liquidação e Escriturador;
6. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
7. manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial ou cuja ausência de pagamento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
8. manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial neste sentido;
9. obter e manter em vigor, até a liquidação de todas as obrigações desta Escritura de Emissão, todas as autorizações suficientes para a plena implantação e operação do Projeto;
10. enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco)dias da data dos respectivos registros: (i) 1 (uma) via original, devidamente registrada no Cartório de RTD, de quaisquer aditamentos realizados a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias; (ii) 1 (uma) via eletrônica de eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão, devidamente registrados na JUCERJA;
11. enviar ao Agente Fiduciário, (i) o termo de quitação integral referente ao pagamento do Financiamento BASA FNO 1; (ii) os termos de liberação das garantias reais constituídas no âmbito do Financiamento BASA FNO 1, devidamente registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; (iii) o termo de quitação integral referente ao pagamento do Financiamento BASA FNO 2; (iv) os termos de liberação das garantias reais constituídas no âmbito do Financiamento BASA FNO 2, devidamente registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, (v) o termo de quitação integral referente ao pagamento do Financiamento SUDAM FDA; (vi) os termos de liberação das garantias reais constituídas no âmbito do Financiamento SUDAM FDA, devidamente registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos bem como (vii) declaração atestando a destinação dos recursos da presente Emissão, indicando os respectivos valores destinados a cada uma das despesas, dívidas e/ou gastos futuros no Projeto (*capex*), em até 10 (dez) dias corridos da data do efetivo pagamento e quitação do Financiamento BASA FNO 2, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos e documentos adicionais que se façam necessários;
12. praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão;
13. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
14. observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
15. manter todos os seus ativos relevantes em boas condições e aptos para o uso a que se destinam até o término de sua vida útil;
16. na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantias, informar tal acontecimento ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da sua ocorrência;
17. não receber Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") que contenha previsão de remuneração a qualquer título aos seus acionistas;
18. caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
19. manter vigentes as apólices de seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelo Contrato de Concessão e/ou pela Resoluções Autorizativas Reforços para a cobertura do Projeto, devendo enviar anualmente ao Agente Fiduciária evidências das apólices renovadas;
20. concluir as obras do Projeto, com o *completion* físico do Projeto, até o dia 15 de maio de 2022, no que se refere o reforço simples dos empreendimentos descritos na Res. Autorizativa 5.149;
21. destinar os recursos da Emissão estritamente na forma da Cláusula 3.8 acima, em atividades do Projeto para as quais detenha, quando exigido, pela Legislação Socioambiental, as licenças de instalação e/ou de operação necessárias à regular implantação e operação do Projeto, de acordo com seu estágio de desenvolvimento;
22. em até 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva solicitação do Agente Fiduciário: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos socioambientais do Projeto e as formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto, caso aplicáveis;
23. cumprir, fazer com que seus administradores e funcionários cumpram e incluir nos contratos celebrados com seus fornecedores obrigações para que esses cumpram a Legislação Socioambiental, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável, ou que não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
24. cumprir a Legislação Socioambiental aplicável ao Projeto e adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ao meio ambiente decorrentes da implementação e operação do Projeto, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável, ou que não possam causar um Efeito Adverso Relevante; e
25. cumprir as Leis Anticorrupção, obrigando-se a comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, caso a Emissora tenha conhecimento de qualquer violação das Leis Anticorrupção praticada por ela, ressalvadas as hipóteses que a Emissora não esteja autorizada a divulgar, nos termos da legislação e regulamentação a ela aplicáveis.
    1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão, até a comprovação do cumprimento do *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, obriga-se a Fiadora a:
26. fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 10 (dez) dias após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas por Auditor Independente da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM, bem como; e (b) declaração, assinada por representante legal, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Fiadora, conforme aplicável, perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário;
27. notificar, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que tomou conhecimento, o Agente Fiduciário sobre (a) qualquer ato ou fato que cause interrupção ou suspensão das suas atividades, afetando a sua respectiva capacidade de cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; e (b) quaisquer descumprimentos de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura de Emissão;
28. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil;
29. não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, desde que tais operações ou atos afetem a capacidade de cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
30. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias (a) para a validade ou exequibilidade da Fiança, naquilo que couber à Fiadora; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações relativas à Fiadora decorrentes das Debêntures;
31. cumprir, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável ou que não possam causar um Efeito Adverso Relevante; e
32. cumprir as Leis Anticorrupção, obrigando-se a comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, caso a Fiadora tenha conhecimento de qualquer violação das Leis Anticorrupção praticada por ela, ressalvadas as hipóteses que a Emissora não esteja autorizada a divulgar, nos termos da legislação e regulamentação a ela aplicáveis.

# CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

* 1. **Nomeação**
     1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e a Acionista.
     2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:
  2. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
  3. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  4. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
  5. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  6. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
  7. não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
  8. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6 da Resolução CVM 17;
  9. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
  10. está ciente das disposições da Circular do BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
  11. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
  12. a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
  13. aceita a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula V desta Escritura de Emissão;
  14. está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
  15. que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III do Código de Processo Civil; e
  16. para fins do disposto na Resolução CVM 17, na data da assinatura da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, com base no organograma societário enviado pela Emissora, identificou que atua como agente fiduciário na 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A., com volume de R$410.000.000,00 (quatrocentos e edez milhões de reais) na data de emissão, onde foram emitidas 410.000 (quatrocentas e dez mil) debêntures tendo vencimento em 15 de outubro de 2038, com juros remuneratórios equivalentes a atualização monetária pelo IPCA acrescido de spread de 5,0900% (cinco inteiros e nove centésimos por cento). Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, amortização, repactuação e/ou inadimplemento para a referida emissão.
      1. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.
  17. **Substituição**
      1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta)dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze)dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.
      2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
      3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
      4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERJA e no Cartório de RTD. O novo Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data do arquivamento mencionado nesta Cláusula 7.2.4, comunicar aos Debenturistas em forma de aviso, bem como à CVM a ocorrência da substituição, bem como encaminhar à CVM a declaração e demais informações indicadas no parágrafo único do artigo 9º da Resolução CVM 17.
      5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável.
      6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada pro rata temporis, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
      7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
  18. **Deveres**
      1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
         + 1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
           2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
           3. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição;
           4. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
           5. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
           6. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
           7. diligenciar junto à Emissora, para que a Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCERJA e no Cartório de RTD, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
           8. acompanhar a prestação das informações periódicas, alertando os Debenturistas, no relatório anual de que trata a alínea (xx) abaixo, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
           9. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
           10. solicitar à Emissora lista com as informações e documentos necessários para efetuar as verificações mencionadas na alínea (vi) acima;
           11. utilizar as informações obtidas em razão de sua participação na Oferta Restrita exclusivamente para os fins aos quais tenham sido contratados;
           12. garantir a disponibilização das informações públicas relativas à Emissão em sua página na internet;
           13. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade onde se situe a sede da Emissora;
           14. solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, auditoria externa na Emissora;
           15. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
           16. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
           17. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador, ao Agente Liquidante, à B3 sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem, ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a B3, o Agente de Liquidação e o Escriturador a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
           18. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
           19. comunicar os Debenturistas a respeito de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento;
           20. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 15 da Resolução CVM 17, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  19. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
  20. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Debenturistas;
  21. comentários sobre os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital relacionados às cláusulas destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
  22. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
  23. resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período;
  24. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  25. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  26. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
  27. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  28. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures, caso sejam incluídas garantias na Emissão;
  29. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
      1. denominação da companhia ofertante;
      2. valor da emissão;
      3. quantidade de valores mobiliários emitidos;
      4. espécie e garantias envolvidas;
      5. prazo de vencimento e taxa de juros; e
      6. inadimplemento pecuniário no período.
         + 1. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função;
           2. divulgar as informações referidas no inciso "(k)" da alínea (xx) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
           3. disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (xx) acima aos Debenturistas até 4 (quatro) meses após o fim do exercício social da Emissora, a contar do encerramento do exercício social. O relatório deverá estar disponível no *website* do Agente Fiduciário;
           4. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
           5. disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou website, o cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios;
           6. acompanhar, por meio do sistema Cetip – NoMe, administrado e operacionalizado pela B3 em cada data de pagamento, o pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
           7. acompanhar a manutenção do ICSD mínimo, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou aos Auditores Independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento do referido índice financeiro.
      7. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Resolução CVM 17, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
      8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quóruns descritos na Cláusula VIII abaixo.
      9. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do ICSD mínimo.
      10. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora.
      11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão e do artigo 12 da Resolução CVM 17:

1. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
2. requerer a falência da Emissora;
3. tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
4. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.
   * 1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.3.6 acima, mediante a aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, da maioria absoluta das Debêntures em Circulação, conforme artigo 12, parágrafo 2º da Resolução CVM 17.

* 1. **Remuneração do Agente Fiduciário**
     1. A título de prestação de serviços do Agente Fiduciário serão devidas parcela anuais de **R$22.000,00 (vinte e dois mil reais),** sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura da Escritura de Emissão e os demais pagamentos ocorrerão nas mesmas datas nos anos seguintes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento pro rata de tais parcelas ("Remuneração do Agente Fiduciário").
     2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes, neste caso exclusivamente se a emissão não se efetivar, ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de **R$ 500,00 (quinhentos reais)** por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantia; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias; (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
     3. No caso de celebração de aditamentos ao instrumento de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de **R$ 500,00 (quinhentos reais)** por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
     4. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão.
     5. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do IGP-M, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão.
     6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado pro rata die.
     7. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos investidores. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.
     8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos investidores, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos investidores, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
     9. Em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SRE Nº 02/19, o Agente Fiduciário poderá, às expensas da Emissora, contratar terceiro especializado para avaliar ou reavaliar, o valor das garantias prestadas, conforme o caso, bem como solicitar informações e comprovações que entender necessárias, na forma prevista no referido Ofício.
     10. Não haverá devolução de valores já recebidos pela Oliveira Trust a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

# CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

* 1. **Disposições Gerais**
     1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, podendo a Assembleia Geral de Debenturistas ser realizadas de forma presencial, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.
  2. **Convocação**
     1. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
     2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1.1 acima desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
     3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data da primeia publicação da segunda convocação.
     4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
     5. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos Debenturistas detentores de todas as Debêntures em Circulação.
  3. ***Quorum* de Instalação**
     1. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um das Debêntures em Circulação, ou em segunda convocação, com qualquer quórum.
     2. Instaladas as Assembleias Gerais de Debenturistas, os titulares de Debêntures em Circulação poderão deliberar pela suspensão dos trabalhos para retomada da respectiva Assembleia Geral de Debenturista em data posterior, desde que a suspensão seja aprovada pelo mesmo quórum estabelecido para deliberação da matéria que ficará suspensa até a retomada dos trabalhos, observado o disposto no artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo de aplicar o quórum previsto para os casos de renúncia ou perdão temporário, conforme previsto na Cláusula 8.4.4 abaixo.
        1. Em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, as matérias já deliberadas até a suspensão da Assembleia Geral de Debenturistas instalada não poderão ser votadas novamente quando da retomada dos trabalhos. As deliberações já tomadas serão, para todos os fins de direito, atos jurídicos perfeitos.
        2. As matérias não votadas até a suspensão dos trabalhos não serão consideradas deliberadas e não produzirão efeitos até a data da sua efetiva deliberação.
     3. Para efeito de verificação dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, define-se como "Debêntures em Circulação", todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; (ii) as de titularidade de (a) sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora, (b) acionistas controladores da Emissora, (c) administradores da Emissora, incluindo diretores e conselheiros de administração, (d) conselheiros fiscais, se for o caso; e (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
  4. ***Quorum* de Deliberação**
     1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.
     2. Quórum Geral: Exceto pelo disposto na Cláusula 8.4.3 abaixo, ou pelos demais *quóruns* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, (i) em primeira convocação, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um das Debêntures em Circulação ou (ii) em segunda convocação, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um das Debêntures presentes na referida Assembleia Geral de Debenturistas.
     3. Quórum Específico: Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável, (a) em primeira convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) mais um das Debêntures em Circulação; ou (b) em segunda convocação, por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um das Debêntures em Circulação, aprovar qualquer modificação relativa às características das Debêntures que impliquem em alteração: (i) dos Juros Remuneratórios, (ii) das Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) das Datas de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento; (vi) da alteração dos *quóruns* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, e (x) de disposições relativas a resgate antecipado facultativo, amortizações antecipadas facultativas ou oferta facultativa de resgate antecipado.
     4. Não obstante os quóruns específicos previstos na Cláusula 8.4.3 acima, as deliberações que digam respeito à renúncia ou perdão temporário (pedido de *waiver*) de quaisquer Eventos de Inadimplemento que possam resultar em vencimento antecipado das Debêntures, dependerão da aprovação (a) em primeira convocação, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) mais um das Debêntures em Circulação; ou (b) em segunda convocação, Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um das Debêntures presentes na referida Assembleia Geral de Debenturistas (desde que estejam presentes à Assembleia Geral de Debenturistas em questão, Debenturistas representando, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação.

* + 1. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 8.4.3 acima os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão.
    2. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.
    3. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
  1. **Mesa Diretora**

* + 1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

# CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

* 1. A Emissora declara e garante, nesta data, sem prejuízo de outras declarações contidas nos restantes instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão, que:

1. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
2. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantias e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
4. a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
5. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
6. detém todas as autorizações e licenças relevantes para o exercício de suas atividades;
7. os Direitos Creditórios a serem cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.16.1 acima desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e, exceto pelos Direitos Creditórios Emergentes e pelos Direitos Creditórios TIM, estão livres e desembaraçados de qualquer Ônus, sendo que em relação aos Direitos Creditórios Emergentes e aos Direitos Creditórios TIM, após a verificação da Condição Suspensiva BASA e da Condição Suspensiva TIM, respectivamente, os mesmos estarão livres e desembaraçados de qualquer Ônus, exceto pela garantia a ser constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
8. não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
9. seu balanço patrimonial e a correspondente demonstração de resultado, apresenta de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e o resultado operacional da Emissora referente ao período encerrado em tal data. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e no resultado operacional em questão que não tenha sido devidamente sanado pela Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social da Emissora e não houve declaração ou pagamento, pela Emissora, de dividendo;
10. não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
11. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
12. observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e as Legislação Socioambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a Legislação Socioambiental; (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e a Legislação Socioambiental aplicáveis;
13. cumpre e faz com que suas controladas, seus respectivos administradores e funcionários, no exercício de suas funções, cumpram, a Legislação Socioambiental, exceto por aqueles descumprimentos que não possam acarretar em um Efeito Adverso Relevante, observado que a exceção aqui estabelecida não se aplica a hipóteses envolvendo prostituição e/ou utilização de mão-de-obra infantil e/ou condição análoga à de escravo;
14. no melhor de seu conhecimento, inexiste qualquer (i) instauração de inquérito ou procedimentos de natureza similar, oferecimento de denúncia, ajuizamento de ação judicial (incluindo, mas não se limitando a ações civis públicas), por qualquer autoridade competente, incluindo, mas não se limitando, por parte do Ministério Público e/ou de agências reguladoras, contra a Emissora; e (ii) violação relativa à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, partidos políticos ou pessoas físicas ou jurídicas privadas, ou qualquer outro ato com o oferecimento de vantagem indevida, nos termos das Leis Anticorrupção;
15. cumpre e faz cumprir (assim como suas Controladas cumprem), as Leis Anticorrupção, bem como as leis aplicáveis relativas ao tráfico de drogas e terrorismo;
16. cumpre e faz cumprir, assim como suas Controladas, administradores e empregados, cumprem, as Leis Anticorrupção, bem como (i) mantém políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dá pleno conhecimento das Leis Anticorrupção a todos os profissionais com quem venham a se relacionar, previamente ao início de sua atuação; (iii) não violou, assim como suas respectivas Controladas, administradores e empregados não violaram, conforme aplicável, as Leis Anticorrupção; (iv) exceto no caso de ocorrência de atos ou fatos que estejam sob sigilo ou segredo de justiça, comunicará ao Agente Fiduciário caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado ao disposto neste inciso que viole as Leis Anticorrupção; e (v) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não;
17. não está indicada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
18. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo depósito das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCERJA, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas dos atos societários da Emissora que aprovaram a Emissão e a Oferta Restrita; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA e o Cartório de RTD; e (iv) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantias, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
19. as informações prestadas no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, das responsabilidades da Emissora, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
20. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
21. no melhor de seu conhecimento, inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar a Oferta Restrita e/ou qualquer dos instrumentos relacionados no âmbito desta Escritura de Emissão;
22. cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e está em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
23. o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria Reforço;
24. cumpre a Legislação Socioambiental aplicável ao Projeto e adota medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ao meio ambiente decorrentes da implementação e operação do Projeto, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo, se aplicável ou que não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
25. obterá e manterá, válidas e vigentes, todas as licenças ambientais de instalação e/ou de operação, conforme estágio de desenvolvimento do Projeto, exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias à implementação e operação do Projeto e cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto, exceto aquelas licenças (i) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, desde que tal questionamento tenha efeito suspensivo; (ii) que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer das suas licenças ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer de suas de instalação e operação; ou (iii) que não possam causar um Efeito Adverso Relevante; e
26. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita ou do cancelamento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

* 1. A Fiadora declara e garante, nesta data, sem prejuízo de outras declarações contidas nos restantes instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão, que:

1. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
2. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as aprovações societárias e de terceiros necessárias, e todos os atos contratualmente, para a celebração desta Escritura de Emissão, e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
3. está devidamente autorizada a celebrar o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as aprovações societárias e de terceiros necessárias, e todos os atos contratualmente, observadas as Condições Suspensivas AF, exigidos para a celebração do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, para cumprir suas obrigações contratuais e para a constituição da Alienação e Cessão Fiduciária de Ações, de acordo com os termos aqui e ali estabelecidos;
4. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantias, conforme aplicável, têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
5. a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária de Ações e a prestação da Fiança e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
6. as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e a Fiança constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
7. detém todas as autorizações e licenças relevantes para o exercício de suas atividades;
8. uma vez implementadas as Condições Suspensivas AF, as Ações alienadas fiduciariamente nos termos da Cláusula 4.16.2 acima desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estarão livres e desembaraçados de qualquer Ônus;
9. a prestação da Fiança foi devidamente autorizada pelos competentes órgãos societários da Fiadora e todas as autorizações necessárias para a prestação da Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor;
10. não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Fiadora em prejuízo dos Debenturistas;
11. as demonstrações financeiras disponíveis da Fiadora apresentam de maneira adequada a sua situação financeira nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
12. observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e as Legislação Socioambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a Legislaçãoi Socioambiental aplicáveis; (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e a Legislação Socioambiental aplicáveis;
13. cumpre e faz com que suas controladas, seus respectivos administradores e funcionários, no exercício de suas funções, cumpram, a Legislação Socioambiental, exceto por aqueles descumprimentos que não possam acarretar em um Efeito Adverso Relevante, observado que a exceção aqui estabelecida não se aplica a hipóteses envolvendo prostituição e/ou utilização de mão-de-obra infantil e/ou condição análoga à de escravo;
14. no melhor de seu conhecimento, inexiste qualquer (i) instauração de inquérito ou procedimentos de natureza similar, oferecimento de denúncia, ajuizamento de ação judicial (incluindo, mas não se limitando a ações civis públicas), por qualquer autoridade competente, incluindo, mas não se limitando, por parte do Ministério Público e/ou de agências reguladoras, contra a Fiadora; e (ii) violação relativa à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, partidos políticos ou pessoas físicas ou jurídicas privadas, ou qualquer outro ato com o oferecimento de vantagem indevida, nos termos das Leis Anticorrupção;
15. cumpre e faz cumprir (assim como suas Controladas cumprem), as Leis Anticorrupção, bem como as leis aplicáveis relativas ao tráfico de drogas e terrorismo;
16. cumpre e faz cumprir, assim como suas Controladas, administradores e empregados, cumprem, as Leis Anticorrupção, bem como (i) mantem políticas e procedimentos internos objetivando a divulgação e o integral cumprimento das Leis Anticorrupção; (ii) dá pleno conhecimento das Leis Anticorrupção a todos os profissionais com quem venham a se relacionar, previamente ao início de sua atuação; (iii) não violou, assim como suas respectivas Controladas, administradores e empregados não violaram, conforme aplicável, as Leis Anticorrupção; (iv) exceto no caso de ocorrência de atos ou fatos que estejam sob sigilo ou segredo de justiça, comunicará ao Agente Fiduciário caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato relacionado ao disposto neste inciso que viole as Leis Anticorrupção; e (v) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não;
17. não está indicada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
18. no melhor de seu conhecimento, inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar a Fiança, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e/ou a Alienação e Cessão Fiduciária de Ações;
19. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
20. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora.

# CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. **Comunicações**
     1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.**

Rua Visconde de Ouro Preto nº 5, sala 601, Botafogo  
CEP 22250-180, Rio de Janeiro, RJ  
At.: Luciana Borges  
Tel.: (21) 98118-7613  
Correio Eletrônico: [luciana.borges@geminienergy.com.br](mailto:luciana.borges@geminienergy.com.br)

Para a Acionista Fiadora:

**Gemini Energy S.A.**Rua Visconde de Ouro Preto nº 5, 6º andar, Botafogo  
CEP 22250-180, Rio de Janeiro, RJ  
At.: Luciana Borges  
Tel.: (21) 98118-7613   
Correio Eletrônico: [luciana.borges@geminienergy.com.br](mailto:luciana.borges@geminienergy.com.br)

Para o Agente Fiduciário:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Correio Eletrônico: [ger2.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger2.agente@oliveiratrust.com.br)

Para o Agente de Liquidação e Escriturador:

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Raphael Morgado / João Bezerra

Tel.: + 55 (21) 3514-0000

Correio Eletrônico: [sqescrituracao@oliveiratrust.com.br](mailto:sqescrituracao@oliveiratrust.com.br)

Para a B3:

**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3**

Praça Antônio Prado, 48 – 2º andar, Centro

CEP 01010-901, São Paulo, SP

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos - SCF

Tel.: (11) 2565-5061

Correio Eletrônico: [valores.mobiliários@b3.com.br](mailto:valores.mobiliários@b3.com.br)

* + 1. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteisapós o envio da mensagem.
    2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.
  1. **Renúncia**
     1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
  2. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas**
     1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

* 1. **Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**
     1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
  2. **Cômputo do Prazo**
     1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.
     2. Para fins destas Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) para fins de pagamentos e procedimentos sem qualquer relação com a B3, qualquer dia em que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (ii) para quaisquer outros fins previstos nesta Escritura de Emissão, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia útil para fins de operações praticadas no mercado financeiro brasileiro, conforme especificado na Resolução nº 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos.
  3. **Despesas**
     1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na B3; (ii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantias, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (iii) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Agente Liquidante, Escriturador, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.
  4. **Aditamentos**
     1. Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, sejam eles erros grosseiros, de digitação ou aritméticos; (ii) alterações à presente Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantias ou ao Contrato de Distribuição ("Documentos da Operação") já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) Documento(s) da Operação; (iii) alterações a quaisquer Documentos da Operação em razão de exigências formuladas pela CVM ou pela B3, conforme o caso; ou (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
  5. **Lei Aplicável**
     1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
  6. **Foro**
     1. Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três)vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2021.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)*

*Página de Assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A."*

|  |  |
| --- | --- |
| **lINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**  **EMISSORA** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*Página de Assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A."*

|  |  |
| --- | --- |
| **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  **AGENTE FIDUCIÁRIO** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*Página de Assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A."*

|  |  |
| --- | --- |
| **GEMINI ENERGY S.A.**  **ACIONISTA FIADORA** | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  Cargo: |

*Página de Assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A."*

**Testemunhas:**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome:  RG:  CPF: |